

A PRODUÇÃO SOCIAL DA NECESSIDADE EMPREENDEDORA: UM MODELO TEÓRICO INTERSECCIONAL

Paula Furtado Hartmann de Queiroz Monteiro

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (IAG/PUC-Rio)

Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio IAG – Gávea – Rio de Janeiro, RJ.

CEP: 22451-900

E-mail: paulafhartmann@gmail.com

Renata Guimarães Quelha de Sá

Doutora em Administração pelo IAG/PUC-Rio. Professora Adjunta do Departamento de
Empreendedorismo e Gestão - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UFF

R. Mario Santos Braga, 30 - Centro, Niterói – RJ.

CEP: 24020-140

E-mail: renataquelha@gmail.com

Cynthia Adrielle da Silva Santos

Doutora em Administração pelo IAG/PUC-Rio. Professora Assistente do Departamento de
Administração e Turismo (DAT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Av. Governador Roberto Silveira s/nº. Moquetá – Nova Iguaçu – RJ.

CEP: 26285-060

E-mail: Cynthia.assantos@gmail.com

RESUMO: Este artigo desenvolve um modelo teórico que reconceitualiza o empreendedorismo por necessidade como um fenômeno socialmente produzido, e não como resultado de decisões individuais. Em contraste com abordagens dominantes que tratam a “necessidade” como condição dada, o estudo argumenta que ela emerge da articulação entre desigualdades estruturais, organização social do cuidado e experiência vivida. Para isso, integra contribuições do empreendedorismo por necessidade, da teoria da reprodução social e da perspectiva interseccional, propondo o conceito de produção social da necessidade empreendedora. O modelo articula três dimensões — condições estruturais, experiência vivida e agência situada — e explica como o empreendedorismo emerge como forma de organização do trabalho voltada à sustentação da vida em contextos de desigualdade. O artigo contribui ao deslocar o foco analítico da escolha individual para os mecanismos sociais que configuram as possibilidades econômicas.

Palavras-chave: Empreendedorismo por necessidade. Interseccionalidade. Produção social da necessidade. Cuidado.

1. INTRODUÇÃO

As economias contemporâneas dependem de atividades essenciais à sustentação da vida — como cuidado, reprodução social e trabalho doméstico — que permanecem amplamente

invisibilizadas, desigualmente distribuídas e pouco reconhecidas (Arruzza *et al.*, 2019; Federici, 2019). Essas atividades, historicamente atribuídas às mulheres, não apenas estruturam a vida cotidiana, mas também condicionam de forma decisiva as possibilidades de inserção no trabalho remunerado (Federici, 2019). Ao desconsiderar essa dimensão, grande parte das análises econômicas e organizacionais negligência um dos principais mecanismos de produção e reprodução das desigualdades.

Essa lacuna é particularmente relevante no campo do empreendedorismo. Mais do que expressão de iniciativa individual, o empreendedorismo pode ser compreendido como prática situada, moldada por contextos sociais, institucionais e pelas exigências da reprodução social, sobretudo no que se refere às responsabilidades de cuidado (Ojediran & Anderson, 2020). Em contextos marcados por desigualdades de gênero, a inserção limitada das mulheres no mercado formal, somada à dependência econômica, às assimetrias de poder nas relações íntimas e à persistência de normas que naturalizam a violência, contribui para a produção de condições estruturalmente hostis à vida das mulheres, particularmente em sociedades patriarcais como a brasileira (WHO, 2025).

Nesse sentido, o trabalho de cuidado de pessoas e os afazeres domésticos são naturalizados como funções inerentes e instintivas da mulher, ao mesmo tempo em que é exigida sua participação no mercado de trabalho e de sua contribuição para a renda familiar. Atualmente, no Brasil, mulheres são responsáveis economicamente por 52% dos domicílios brasileiros - mais de 40 milhões de lares -, sendo que 57% dessas chefes de família se identificam como negras ou pardas e concentram-se majoritariamente em faixas de menor renda (Ministério das Mulheres – RASEAM, 2025). Apesar de concentrarem crescentemente a responsabilidade pelo sustento dos domicílios, as mulheres continuam dedicando mais horas ao trabalho de cuidado e aos afazeres domésticos do que os homens. Esta sobrecarga está profundamente marcada por gênero, raça e classe social: mulheres dedicam 21,3 horas semanais a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (22 horas semanais mulheres pretas ou pardas e 20,4 mulheres brancas), o que representa 9,6 horas a mais que os homens. Levando-se em consideração que mulheres entre os 20% com os menores rendimentos dedicaram 7,3 horas a mais ao trabalho doméstico não remunerado quando comparado àquelas situadas nos 20% com os maiores rendimentos, conclui-se que a classe social é um fator que impacta no nível da desigualdade entre as mulheres (IBGE, 2024). Há, portanto, uma contradição estrutural, que para ser compreendida deve ser analisada com as lentes interseccionais.

Para muitas mulheres, especialmente aquelas com responsabilidades de cuidado, a inserção empreendedora não decorre da identificação de oportunidades de mercado, mas da necessidade de articular geração de renda e sustentação da vida cotidiana, organizada em torno do cuidado (Derera *et al.*, 2020). Vida cotidiana esta, profundamente marcada e sustentada pela atribuição do cuidado às mulheres como pilar fundamental da organização social. Ainda que os trabalhos de cuidado e de afazeres domésticos sejam sistematicamente desconsiderados enquanto trabalho, a economia do cuidado possui relevância expressiva, correspondendo a cerca de 11% do Produto Interno Bruto brasileiro, o que evidencia sua centralidade para a sustentação da dinâmica econômica (IBGE, 2024).

Apesar disso, a literatura dominante sobre empreendedorismo permanece amplamente ancorada em modelos que privilegiam a lógica da escolha individual. A distinção entre empreendedorismo por oportunidade e por necessidade, uma das mais difundidas no campo, exemplifica essa abordagem ao classificar indivíduos com base em suas motivações declaradas. No entanto, essa dicotomia apresenta limitações importantes ao tratar a “necessidade” como condição autoevidente, negligenciando os processos sociais que configuram e distribuem desigualmente as alternativas econômicas (Shuvam & Mohanty, 2023; Naiki & Ogane, 2023).

Como resultado, o empreendedorismo por necessidade tende a ser interpretado como resposta individual à escassez, e não como fenômeno socialmente produzido.

A “necessidade” não se reduz à ausência de alternativas, mas refere-se à forma como essas alternativas são socialmente constituídas, limitadas e percebidas. Mercados de trabalho excludentes, regimes de cuidado que concentram responsabilidades nas mulheres e desigualdades estruturais operam conjuntamente na configuração das condições sob as quais o empreendedorismo se torna uma das poucas — ou a única — forma viável de inserção econômica (Collins & Bilge, 2021; Derera *et al.*, 2020). Ainda assim, esses processos permanecem marginalizados no debate teórico, que raramente examina como a própria necessidade é socialmente produzida.

Partindo dessa lacuna, este artigo desenvolve um modelo teórico que compreende o empreendedorismo por necessidade como um fenômeno socialmente produzido, e não como simples resultado de decisões individuais. Para isso, propõe o conceito de produção social da necessidade empreendedora e desloca a análise para os mecanismos sociais que configuram as possibilidades econômicas. Argumenta-se que a necessidade não antecede a ação, mas é produzida ao longo das trajetórias, na articulação entre condições estruturais, experiência vivida e agência situada.

O artigo avança em três frentes complementares. Em primeiro lugar, reconceitualiza o empreendedorismo por necessidade ao deslocar o foco da decisão individual para os processos sociais que configuram as alternativas econômicas. Em segundo, articula os debates sobre trabalho, cuidado e interseccionalidade, evidenciando como a organização social do cuidado estrutura as possibilidades de ação econômica. Por fim, desenvolve um modelo teórico relacional que integra condições estruturais, experiência vivida e agência situada na produção da necessidade empreendedora. Ao fazer isso, o artigo contribui para reposicionar o empreendedorismo no interior das dinâmicas mais amplas de reprodução social, oferecendo uma lente analítica capaz de apreender como desigualdades estruturais não apenas moldam resultados econômicos, mas também produzem as próprias condições de possibilidade da ação empreendedora.

2. EMPREENDER PARA SOBREVIVER: A DICOTOMIA NECESSIDADE VERSUS OPORTUNIDADE, LÓGICA INDIVIDUALIZANTE E OS LIMITES DA DISCUSSÃO

A literatura sobre empreendedorismo por necessidade tem desempenhado papel central na tentativa de compreender formas de inserção econômica em contextos marcados por escassez de recursos e restrição de oportunidades. No entanto, apesar de sua difusão, esse campo permanece ancorado em pressupostos analíticos que limitam sua capacidade explicativa, sobretudo ao tratar a “necessidade” como condição pré-existente à ação. Esta seção argumenta que tais limitações decorrem, em grande medida, da centralidade da dicotomia necessidade *versus* oportunidade e da predominância de uma lógica que privilegia o indivíduo na compreensão da ação empreendedora.

Essa lógica individualizante nas abordagens do empreendedorismo tem suas raízes em modelos econômicos baseados na figura do *homo economicus*, no qual os indivíduos são concebidos como agentes racionais, capazes de avaliar custos e benefícios e tomar decisões orientadas à maximização de utilidade. Nesse enquadramento, o empreendedorismo é interpretado como resultado de escolhas individuais, fundamentadas em preferências, habilidades e motivações pessoais. Mesmo quando se reconhece a existência de restrições externas — como desemprego ou baixa renda —, essas condições são tratadas como variáveis contextuais que influenciam decisões individuais, e não como elementos constitutivos da

própria ação. Como resultado, a análise privilegia explicações centradas no indivíduo, relegando a segundo plano os processos sociais e institucionais que configuram o campo de possibilidades disponíveis (Williams *et al.*, 2012), em vez de considerar que variáveis sociais são determinantes centrais, não apenas “contexto” (Santos & Neumeyer, 2021).

Nesse enquadramento, o empreendedorismo por necessidade é frequentemente associado a condições de escassez, ausência de alternativas de trabalho, precariedade e baixa performance, enquanto o empreendedorismo por oportunidade tende a ser valorizado como expressão de inovação, crescimento e realização econômica. Essa hierarquização implícita não apenas simplifica o fenômeno, mas também reproduz uma lógica normativa que desconsidera como diferentes formas de inserção econômica são socialmente produzidas e desigualmente distribuídas (Naiki & Ogane, 2023). A categorização necessidade *versus* oportunidade, tem sido criticada por sua capacidade limitada de capturar a complexidade das trajetórias empreendedoras, especialmente em contextos marcados por desigualdade (Shuvam & Mohanty, 2023; Santos & Neumeyer, 2021).

Essa dicotomia apresenta limitações particularmente relevantes quando aplicada a grupos socialmente marginalizados, como mulheres em contextos de desigualdade. Estudos têm demonstrado que a inserção empreendedora feminina é profundamente atravessada por fatores como a divisão sexual do trabalho, a centralidade do cuidado e o acesso desigual a recursos e redes (Santos & Neumeyer, 2021; Derera *et al.*, 2020; Ahl & Marlow, 2012). Nesses casos, a decisão de empreender não pode ser compreendida como escolha autônoma, mas como prática situada em contextos nos quais as alternativas são estruturalmente limitadas. Assim, a identificação de oportunidades em contextos de desigualdade ocorre frequentemente dentro de horizontes limitados, moldados por restrições estruturais que condicionam o que é percebido como possível (Santos, 2023). O que se apresenta como “oportunidade” pode, na prática, constituir uma forma de adaptação a condições estruturais adversas, o que desafia a própria separação analítica entre os dois conceitos.

Isso porque, para além da sobrecarga do papel de gênero nos afazeres domésticos, as mulheres ainda enfrentam dificuldades na inserção no mercado formal: seja pela remuneração inferior ou pela presença de filhos. Segundo a PNAD Contínua (2024), a taxa de participação na força de trabalho é significativamente menor entre as mulheres (52,6%) do que entre homens (72,3%). Essa disparidade se acentua quando observada sob o recorte racial: mulheres pretas ou pardas têm participação de 51,3%, enquanto as de cor branca, 54,2% (RASEAM, 2025). Quando estão inseridas no mercado formal, mulheres recebem, em média, 78,9% da remuneração masculina para funções equivalentes (RASEAM, 2025). A presença de filhos também impacta de forma desigual a inserção laboral: enquanto 89% dos homens com crianças estão ocupados, esse percentual cai para 56,6% entre mulheres com filhos, evidenciando o peso das responsabilidades de cuidado (IBGE, 2024).

Portanto, partindo do princípio de que mulheres são desproporcionalmente afetadas pela pobreza e enfrentam barreiras adicionais de gênero (WHO, 2025; RASEAM, 2025; IBGE, 2024), o empreendedorismo feminino deve ser estudado como um fenômeno multifacetado que demanda uma contextualização profunda para compreensão da complexidade das trajetórias dessas mulheres (Santos & Neumeyer, 2021). Além disso, tratar necessidade e oportunidade como categorias mutuamente exclusivas nubla a interdependência entre ambas, descartando que motivações não econômicas, como autonomia, reconhecimento e potencial de contribuição social podem coexistir com a necessidade econômica e sobrevivência familiar.

A proposta do presente artigo reconhece que a necessidade de garantir a sobrevivência é socialmente produzida por condições estruturais, mas defende que a urgência imposta pela escassez de recursos e oportunidades não deve limitar o reconhecimento da potência e do

impacto das ações empreendedoras conduzidas por essas mulheres. Em conjunto, a dicotomia necessidade *versus* oportunidade e a lógica individualizante produzem uma compreensão restrita do empreendedorismo por necessidade, ao tratá-lo como resposta individual a condições externas previamente dadas. Essa abordagem apresenta três limitações principais.

Primeiro, ela naturaliza a “necessidade” como condição autoevidente, associando-a à escassez de renda ou à ausência de emprego, sem problematizar os processos sociais que produzem e distribuem tais condições. Ao fazê-lo, desconsidera como mercados de trabalho excludentes, regimes de cuidado desiguais e hierarquias sociais operam na configuração das alternativas econômicas disponíveis. Segundo, essa perspectiva obscurece o caráter relacional e processual da ação empreendedora. Ao focar na decisão individual, negligencia como trajetórias são construídas ao longo do tempo, na interação entre estruturas sociais, experiências vividas e práticas de agência. Terceiro, a abordagem dominante limita a capacidade crítica do campo ao reforçar narrativas que individualizam a responsabilidade pela inserção econômica. Ao interpretar o empreendedorismo como solução para a escassez, sem questionar as condições que a produzem, corre-se o risco de legitimar arranjos sociais que deslocam para o indivíduo a responsabilidade por enfrentar desigualdades estruturalmente produzidas.

3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CUIDADO E A PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES: AVANÇOS E LIMITAÇÕES DA LITERATURA

A compreensão do empreendedorismo em contextos de desigualdade requer incorporar a centralidade do cuidado e da reprodução social na organização da vida econômica. O cuidado compreende o conjunto de atividades necessárias à sustentação da vida e à reprodução da força de trabalho, não se restringindo à esfera doméstica, ainda que permaneça sistematicamente invisibilizado e desigualmente distribuído (Razavi, 2007; Pautassi, 2023). Essa invisibilização constitui um elemento estrutural das economias capitalistas, que dependem do cuidado ao mesmo tempo em que desinvestem nas condições que o sustentam, dinâmica que condiciona as possibilidades de inserção econômica (Fraser, 2016).

A literatura feminista aprofunda essa análise ao evidenciar que essa tensão se enraíza na separação histórica entre produção e reprodução. Enquanto o trabalho produtivo é reconhecido e remunerado, o trabalho reprodutivo — realizado de forma desproporcional por mulheres — permanece desvalorizado e frequentemente não remunerado (Federici, 2019; Bhattacharya, 2017). Essa desvalorização é funcional à acumulação capitalista, ao deslocar os custos de reprodução para a esfera privada. Como resultado, o cuidado recai majoritariamente sobre as mulheres, reduzindo sua disponibilidade de tempo, mobilidade e recursos, e configurando restrições concretas às formas de participação econômica.

A noção de organização social do cuidado permite avançar analiticamente ao deslocar o foco do cuidado como prática individual ou responsabilidade estritamente doméstica para sua compreensão como resultado de arranjos institucionais que distribuem responsabilidades entre Estado, mercado, famílias e comunidade (Razavi, 2007; Pautassi, 2023). Essa formulação, frequentemente sintetizada no modelo do “diamante do cuidado” (Razavi, 2007), oferece uma chave para examinar como diferentes atores participam da provisão e regulação do cuidado. Esses arranjos, contudo, não operam de forma neutra ou equilibrada: são atravessados por relações de poder, regimes de política pública e desigualdades sociais, que configuram simultaneamente as condições de provisão do cuidado e o conjunto de alternativas econômicas disponíveis aos indivíduos.

A literatura converge em alguns pontos centrais. O cuidado é condição indispensável para o funcionamento da economia (Bhattacharya, 2017), mas sua provisão permanece

concentrada nas famílias, com sobrecarga desproporcional sobre as mulheres (Biroli, 2018). Essas dinâmicas são atravessadas por desigualdades interseccionais que estruturam experiências diferenciadas de cuidado (Monteiro *et al.*, 2026), moldando as condições de inserção econômica e as possibilidades de engajamento em atividades empreendedoras. Apesar desses avanços, essa literatura ainda apresenta limitações relevantes para compreender o empreendedorismo por necessidade.

Em primeiro lugar, há uma subteorização da relação entre organização do cuidado e trajetórias econômicas. Embora estudos empíricos mostrem que mulheres ajustam sua participação no trabalho em função das demandas de cuidado (Monteiro *et al.*, 2025), essas dinâmicas tendem a ser tratadas como consequências contextuais, e não como mecanismos estruturantes da ação econômica. Com isso, o cuidado aparece como restrição, mas não como elemento constitutivo das formas de inserção econômica. Em segundo lugar, a literatura frequentemente pressupõe uma distribuição equilibrada entre os vértices do cuidado, o que não se sustenta empiricamente. Em muitos contextos, especialmente no Sul Global, a provisão permanece fortemente familiarizada, com limitada atuação estatal e acesso desigual a soluções de mercado (Biroli, 2018; Pautassi, 2023). Redes comunitárias também desempenham papel central, especialmente em contextos de marginalização (Reynaldo *et al.*, 2023). Essa assimetria reforça desigualdades e restringe o acesso a formas mais estáveis de trabalho, contribuindo para a emergência de estratégias econômicas alternativas, como o empreendedorismo.

Em terceiro lugar, observa-se uma lacuna na compreensão do papel do mercado como beneficiário do cuidado. O capital requer o trabalho reprodutivo, mas simultaneamente desinveste nas condições que o sustentam (Fraser, 2016). Essa contradição estrutural, ao reduzir o custo da força de trabalho, amplia a disponibilidade de mão de obra em condições precárias e limita as alternativas ocupacionais, criando contextos nos quais o empreendedorismo pode emergir menos como escolha e mais como necessidade. Por fim, há uma lacuna na articulação entre estrutura e agência. Embora as desigualdades na provisão de cuidado sejam amplamente documentadas, menos atenção é dada à forma como essas condições são interpretadas e mobilizadas pelos sujeitos. Evidências indicam que mulheres desenvolvem estratégias situadas para conciliar cuidado e trabalho (Monteiro *et al.*, 2026; Reynaldo *et al.*, 2023), mobilizando redes, identidades e recursos disponíveis mesmo em contextos de forte precarização.

É nessa direção que este artigo avança. Em vez de tratar a organização do cuidado como pano de fundo, propõe compreendê-la como um dos mecanismos centrais na configuração das possibilidades de inserção econômica. Ao estruturar o acesso ao tempo, à mobilidade e aos recursos, os arranjos de cuidado delimitam as condições sob as quais diferentes formas de trabalho se tornam viáveis. Essa perspectiva permite compreender por que, em contextos marcados por desigualdade e cuidado privatizado, formas flexíveis e frequentemente precárias de inserção econômica emergem de maneira recorrente. É com base nesse argumento que a seção seguinte mobiliza a interseccionalidade para aprofundar a análise dessas desigualdades.

4. INTERSECCIONALIDADE E A PRODUÇÃO SOCIAL DA NECESSIDADE EMPREENDEDORA

A perspectiva da reprodução social evidencia a centralidade do cuidado e do trabalho doméstico na organização das possibilidades de inserção econômica. Para compreender por que essas possibilidades são distribuídas de forma desigual, porém, é necessário considerar a articulação entre múltiplas relações de poder. Nesse sentido, a interseccionalidade constitui

uma chave analítica fundamental para explicar como a necessidade empreendedora é socialmente produzida de forma diferenciada.

Embora sistematizada por Crenshaw (1991), a interseccionalidade insere-se em uma tradição mais ampla do feminismo negro, que historicamente evidenciou a inseparabilidade entre raça, gênero e classe na produção da desigualdade (Davis, 2016; Gonzalez, 2020). Desenvolvimentos posteriores a consolidaram como uma abordagem relacional centrada nos processos sociais que organizam posições, distribuem recursos e estruturam reconhecimento (Collins & Bilge, 2021). Nessa perspectiva, desigualdades são coproduzidas em sistemas interdependentes de dominação.

No contexto latino-americano, essa leitura assume contornos específicos. Akotirene (2019) enfatiza que a interseccionalidade deve ser compreendida a partir da articulação entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, criticando usos despolitizados do conceito. Em convergência, Gonzalez (2020) mostra que, na formação social brasileira, a divisão racializada e generificada do trabalho — sobretudo do trabalho doméstico — é constitutiva, e não periférica. Melo e Castilho (2009) reforçam esse argumento ao evidenciar a persistente concentração do trabalho reprodutivo entre mulheres, independentemente de sua posição no mercado de trabalho.

Ao recusar concepções estáticas de diferença, a interseccionalidade permite compreender essas dinâmicas como processos. Piscitelli (2008) sustenta que gênero, raça e classe não devem ser tratados como variáveis fixas, mas como articulações situadas, cujos significados variam conforme os contextos e as relações de poder. Essa dinâmica torna-se particularmente visível no trabalho reprodutivo. Federici (2019) argumenta que o trabalho doméstico é estrutural à economia capitalista, embora permaneça sistematicamente invisibilizado. Davis (2016), por sua vez, mostra que o trabalho das mulheres negras foi central para a reprodução material das sociedades modernas, ao mesmo tempo em que foi marcado por exploração e desvalorização. Sob essa lente, o trabalho reprodutivo aparece não apenas como esfera de sustentação da vida, mas como espaço privilegiado de condensação das desigualdades de raça, gênero e classe.

A literatura converge, portanto, em um ponto central: as possibilidades de inserção econômica são organizadas por relações de poder que operam simultaneamente em múltiplos níveis. Collins e Bilge (2021) sintetizam essa dinâmica ao propor que o poder se estrutura em domínios interconectados — estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal — que moldam tanto a distribuição de recursos quanto as experiências vividas. Essa formulação é especialmente útil para analisar o empreendedorismo por necessidade, pois mostra que a restrição de alternativas econômicas não é apenas material, mas também normativa e simbólica. Essa perspectiva também reconfigura o entendimento da agência. Em vez de concebê-la como autonomia plena ou simples reação à estrutura, a literatura interseccional a compreende como situada, isto é, produzida no interior das próprias relações de poder. Estudos empíricos reforçam esse ponto ao mostrar que sujeitos em posições marginalizadas mobilizam estratégias específicas de ação e resistência. No caso das trabalhadoras domésticas, a interseccionalidade da opressão não apenas estrutura posições de marginalização, mas também oferece bases para a construção de identidades coletivas e estratégias de mobilização (Acciari, 2021; Monteiro *et al.*, 2026).

Apesar desses avanços, permanece uma limitação relevante para o problema aqui investigado. A literatura sobre interseccionalidade elabora de modo consistente a coprodução das desigualdades e das relações de poder (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021), mas raramente desloca essa análise para formas específicas de inserção econômica. Em paralelo, estudos sobre empreendedorismo em contextos de pobreza, informalidade e desigualdade de gênero mostram que o engajamento empreendedor não decorre apenas de escolha individual,

mas de condições sociais e institucionais que restringem alternativas, distribuem vulnerabilidades e organizam desigualmente as possibilidades de ação (Ojediran & Anderson, 2020; Santos & Neumeyer, 2021; Oliveira *et al.*, 2026). Ainda assim, essas contribuições permanecem pouco integradas em uma formulação teórica capaz de articular interseccionalidade, reprodução social e empreendedorismo como dimensões mutuamente constitutivas.

Ao evidenciar como desigualdades são produzidas e vividas de maneira diferenciada, a perspectiva interseccional oferece uma base analítica para compreender por que determinadas formas de trabalho emergem como mais viáveis em contextos específicos. É a partir dessa articulação que a seção seguinte desenvolve um modelo teórico voltado a explicar como a necessidade empreendedora é socialmente produzida. Neste artigo, essas perspectivas são mobilizadas de forma complementar. A teoria da reprodução social fornece o enquadramento estrutural para compreender a organização da vida econômica; a literatura sobre cuidado explicita os mecanismos por meio dos quais as responsabilidades reprodutivas são distribuídas; e a interseccionalidade permite analisar como essas dinâmicas são diferenciadas conforme posições sociais específicas. Essa articulação possibilita uma abordagem integrada da produção social da necessidade empreendedora.

5. MODELO TEÓRICO DA PRODUÇÃO SOCIAL DA NECESSIDADE EMPREENDEDORA

O modelo compreende a necessidade não como condição prévia à ação, mas como fenômeno produzido ao longo das trajetórias, na articulação entre condições estruturais, experiência vivida e agência situada. Ao fazê-lo, essa formulação permite compreender o empreendedorismo por necessidade como efeito de configurações sociais específicas, e não como mera resposta individual à escassez. Para tanto, as proposições a seguir articulam as dimensões do modelo, evidenciando os mecanismos por meio dos quais a necessidade empreendedora é socialmente produzida.

5.1. Dimensão 1 — Condições estruturais

A primeira dimensão refere-se às condições estruturais que delimitam o campo de alternativas disponíveis. Essas condições incluem mercados de trabalho excludentes, regimes de informalidade, baixa proteção social e a organização social do cuidado, que distribui de forma desigual as responsabilidades reprodutivas (Razavi, 2007). Esses elementos operam por meio de mecanismos específicos, como a restrição do acesso a empregos formais, a redução da disponibilidade de tempo e mobilidade e a imposição de incompatibilidades entre trabalho remunerado e responsabilidades de cuidado. Tais condições não atuam isoladamente, sendo atravessadas por desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe, que configuram posições diferenciadas de acesso a recursos, oportunidades e reconhecimento (Collins & Bilge, 2021). Como resultado, indivíduos situados em posições mais vulneráveis enfrentam restrições mais intensas no acesso a formas estáveis de inserção econômica.

Nessa perspectiva, a necessidade empreendedora emerge como efeito dessas restrições estruturais, especialmente em contextos nos quais o trabalho formal se mostra inacessível ou incompatível com as exigências da reprodução social. A predominância da informalidade, por sua vez, amplia a probabilidade de que o empreendedorismo se configure como uma das poucas alternativas viáveis, não como escolha orientada por oportunidade, mas como resposta às limitações impostas pelo contexto.

Proposição 1: A necessidade empreendedora emerge da restrição estrutural de alternativas ocupacionais, intensificando-se particularmente em contextos nos quais mercados de trabalho excludentes, informalidade e baixa proteção social limitam o acesso a formas estáveis de inserção econômica.

Proposição 2: A organização social do cuidado atua como mecanismo estruturante da necessidade empreendedora ao redistribuir desigualmente tempo, mobilidade e disponibilidade para o trabalho, restringindo o acesso a formas de inserção econômica compatíveis com as exigências da reprodução social.

5.2. Dimensão 2 — Mediação: experiência vivida e construção de sentido

As restrições estruturais não se traduzem de forma direta em ação, sendo mediadas pela forma como são vividas, interpretadas e avaliadas pelos sujeitos. A segunda dimensão do modelo situa-se no nível da experiência vivida, enfatizando os processos pelos quais condições estruturais são convertidas em possibilidades percebidas de ação. Nesse processo, fatores como normas sociais, responsabilidades de cuidado, restrições de tempo e mobilidade, bem como os chamados “horizontes de possibilidade”, operam como mecanismos cognitivos e sociais que orientam a percepção do que é viável, desejável e acessível (Santos, 2023). Esses elementos não apenas filtram alternativas disponíveis, mas também moldam expectativas e avaliações sobre riscos e retornos.

A experiência vivida constitui um espaço de mediação no qual condições estruturais são traduzidas em possibilidades percebidas de ação. Esse processo envolve não apenas a incorporação de limitações, mas também a mobilização de repertórios sociais e identitários que orientam a percepção do que é possível. Evidências empíricas indicam que a experiência de desigualdade pode informar a construção de sentidos compartilhados e estratégias coletivas, influenciando a forma como alternativas econômicas são percebidas e avaliadas (Acciari, 2021). Para mulheres com responsabilidades de cuidado, essa mediação frequentemente envolve a priorização de atividades que permitam conciliar trabalho e reprodução social, resultando em arranjos econômicos orientados por flexibilidade, proximidade e adaptabilidade. Essas interpretações, por sua vez, orientam as estratégias de ação mobilizadas pelos indivíduos, estabelecendo a ponte entre estrutura e agência.

Proposição 3: A produção da necessidade empreendedora é mediada pela experiência vivida, por meio da qual condições estruturais são interpretadas, internalizadas e convertidas em possibilidades percebidas de ação.

Proposição 4: Os horizontes de possibilidade atuam como mecanismo cognitivo e social que delimita o que é percebido como viável, condicionando a tradução de restrições estruturais em alternativas econômicas concretas.

5.3. Dimensão 3 — Agência situada e estratégias de ação

A terceira dimensão refere-se à agência situada, entendida como o conjunto de práticas e estratégias mobilizadas por indivíduos para responder às condições em que estão inseridos. Em contraste com abordagens que tratam a agência como expressão de autonomia plena, o modelo a compreende como relacional e constituída no interior de estruturas sociais que

simultaneamente restringem e possibilitam a ação. Como demonstram estudos sobre trabalhadoras domésticas, a ação emerge precisamente da articulação entre múltiplas formas de opressão, que, ao mesmo tempo em que produzem marginalização, também oferecem bases para a construção de alianças, identidades coletivas e estratégias de mobilização (Acciari, 2021).

Nesse contexto, o empreendedorismo emerge como prática de organização do trabalho por meio da qual indivíduos buscam conciliar restrições estruturais — como limitações de tempo, mobilidade e acesso ao mercado formal — com a necessidade de geração de renda. Esse processo se materializa em estratégias como atividades informais, negócios domésticos e mobilização de redes locais. Essas práticas não se limitam a respostas adaptativas, mas configuram formas de ação que, ao mesmo tempo em que respondem às restrições existentes, podem também reconfigurar parcialmente as condições sob as quais são produzidas. Assim, a agência não apenas reflete a estrutura, mas atua na sua reprodução ou transformação ao longo do tempo.

Proposição 5: A agência empreendedora em contextos de necessidade é situada e relacional, sendo constituída no interior de relações estruturais que, simultaneamente, restringem e habilitam a ação.

Proposição 6: O empreendedorismo por necessidade emerge como prática de organização do trabalho orientada à sustentação da vida, articulando geração de renda, cuidado e reprodução social em contextos de restrição estrutural.

5.4. Dinâmica recursiva do modelo

As três dimensões — condições estruturais, experiência vivida e agência situada — não operam de forma linear, mas constituem um sistema dinâmico e interdependente. A produção da necessidade empreendedora resulta da interação contínua entre esses níveis, na qual cada dimensão influencia e é influenciada pelas demais. As estratégias de ação, por exemplo, não apenas respondem às restrições estruturais, mas podem contribuir para sua reprodução — como ocorre em contextos de informalidade persistente — ou para sua transformação, ao reconfigurar práticas, redes e possibilidades ao longo do tempo. Da mesma forma, a experiência vivida é continuamente ajustada pelas práticas de agência, permanecendo, contudo, ancorada em condições estruturais mais amplas.

Proposição 7: A produção da necessidade empreendedora opera de forma dinâmica e recursiva, na medida em que práticas de agência não apenas respondem às condições estruturais, mas também contribuem para sua reprodução ou transformação ao longo do tempo.

Proposição 8: A necessidade empreendedora não constitui uma condição prévia à ação, mas emerge da articulação dinâmica entre condições estruturais, experiência vivida e agência situada, configurando o empreendedorismo como resultado de processos sociais que delimitam e tornam possíveis diferentes formas de inserção econômica.

5.5. Explicação do modelo teórico (Figura 1)

A Figura 1 sintetiza o modelo teórico da produção social da necessidade empreendedora, explicitando as relações entre suas três dimensões constitutivas. Mais do que

representar níveis analíticos distintos, o modelo evidencia os mecanismos por meio dos quais essas dimensões se articulam na configuração das possibilidades de inserção econômica.

Figura 1: Modelo teórico da produção social da necessidade empreendedora



Fonte: Elaboração própria.

No nível estrutural, o modelo identifica as condições que delimitam o campo de alternativas disponíveis, incluindo desigualdades interseccionais, regimes de cuidado e características do mercado de trabalho. Essas condições operam por meio de mecanismos como a restrição de acesso a empregos formais, a limitação de tempo e mobilidade e a distribuição desigual de responsabilidades reprodutivas, configurando as bases sobre as quais a ação econômica se torna possível. No nível da mediação, o modelo destaca o papel da experiência vivida na tradução dessas condições em possibilidades percebidas de ação. Normas sociais, responsabilidades de cuidado e restrições cotidianas, assim como os horizontes de possibilidade, atuam como mecanismos que orientam a percepção do que é viável, desejável e acessível, conectando estrutura e ação.

No nível da ação, a agência situada refere-se às estratégias mobilizadas em resposta a essas condições, por meio das quais indivíduos organizam práticas econômicas que articulam trabalho e reprodução social. O empreendedorismo emerge, nesse contexto, como uma forma de organização do trabalho que permite conciliar restrições estruturais com a necessidade de geração de renda. As relações entre essas dimensões são representadas por setas bidirecionais, que indicam a natureza dinâmica e recursiva do modelo. Isso significa que a ação não apenas responde às condições estruturais, mas também contribui para sua reprodução ou transformação ao longo do tempo, enquanto a experiência vivida é continuamente reconfigurada por essas interações.

Nessa perspectiva, a produção social da necessidade empreendedora pode ser definida como o processo pelo qual condições estruturais, experiências vividas e práticas de agência situada se articulam de forma dinâmica na configuração das alternativas econômicas, fazendo com que o empreendedorismo emergja não como escolha individual, mas como efeito de relações sociais que simultaneamente delimitam e possibilitam a ação. O modelo proposto é particularmente aplicável a contextos marcados por desigualdade social, elevada informalidade e limitada provisão pública de cuidado, nos quais a necessidade empreendedora tende a emergir

com maior intensidade. Ainda assim, seus elementos analíticos podem ser mobilizados para compreender variações na configuração das alternativas econômicas em diferentes contextos institucionais.

6. DISCUSSÃO E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

O modelo teórico proposto neste artigo permite avançar na compreensão do empreendedorismo feminino por necessidade ao deslocar o foco analítico da decisão individual para os processos sociais que configuram e restringem as alternativas econômicas. Ao conceituar a necessidade como fenômeno socialmente produzido, o estudo contribui para reconfigurar os termos do debate no campo do empreendedorismo, ao mesmo tempo em que estabelece pontes com discussões mais amplas sobre trabalho, cuidado e desigualdade.

6.1. Reconceitualizando o empreendedorismo por necessidade

A principal contribuição deste artigo reside na reconceitualização do empreendedorismo por necessidade, com recorte de gênero. Enquanto a literatura dominante tende a tratá-lo como resposta individual à escassez, o modelo demonstra que a necessidade não constitui uma condição prévia à ação, mas é produzida ao longo das trajetórias por meio da articulação entre estruturas sociais, experiência vivida e práticas de agência situada. Essa reformulação permite superar as limitações da dicotomia necessidade versus oportunidade, ao deslocar o debate de uma tipologia de motivações individuais para uma análise das condições sociais que tornam determinadas formas de inserção econômica possíveis, prováveis ou necessárias, especialmente para minorias ou grupos marginalizados.

Além disso, ao tratar a necessidade como processo, o modelo proposto responde a críticas recentes que apontam a insuficiência de abordagens estáticas para compreender trajetórias empreendedoras em contextos de desigualdade (Shuvam & Mohanty, 2023; Naiki & Ogane, 2023). A ênfase na dinâmica recursiva permite compreender como o empreendedorismo é simultaneamente resultado e produtor das condições que o tornam viável, ampliando a capacidade explicativa do campo.

6.2. Integrando trabalho, cuidado e empreendedorismo

Uma segunda contribuição central do artigo reside na integração entre os debates sobre empreendedorismo e a teoria da reprodução social. Ao incorporar a centralidade do cuidado na análise, o estudo desafia abordagens que tratam o trabalho econômico de forma dissociada das condições que sustentam a vida cotidiana. O artigo demonstra que o empreendedorismo por necessidade para as mulheres emerge, em muitos casos, da necessidade de articular geração de renda e responsabilidades de cuidado em contextos nos quais o trabalho formal não oferece condições compatíveis com a reprodução social. Essa perspectiva permite compreender o empreendedorismo não como alternativa ao trabalho reprodutivo, mas como prática que se organiza em torno dele.

Ao fazê-lo, o estudo contribui para ampliar o escopo analítico do campo do empreendedorismo, ao evidenciar que a organização social do cuidado constitui um elemento estruturante das possibilidades de ação econômica. Essa integração é particularmente relevante para contextos marcados por cuidado privatizado e baixa proteção institucional, nos quais o empreendedorismo frequentemente assume a função de viabilizar a sustentação da vida. Essa formulação permite deslocar o empreendedorismo do campo das escolhas individuais para o

interior das dinâmicas de reprodução social, evidenciando que a organização do cuidado não apenas condiciona, mas estrutura as formas de inserção econômica.

6.3. Avanço na aplicação da interseccionalidade ao empreendedorismo

O artigo também contribui para o avanço do uso da interseccionalidade no campo do empreendedorismo ao mobilizá-la não apenas como ferramenta descritiva, mas como princípio explicativo da produção da necessidade. Em linha com Collins e Bilge (2021), argumenta-se que gênero, raça e classe operam de forma mutuamente constitutiva na configuração das condições sob as quais o empreendedorismo se torna possível e necessário. Nesse sentido, o modelo evidencia que a necessidade empreendedora não se manifesta de forma homogênea, mas é produzida de maneira diferenciada conforme posições sociais específicas, resultantes da articulação entre gênero, raça e classe.

Ao evidenciar a heterogeneidade das experiências e a centralidade das desigualdades interseccionais na produção das trajetórias empreendedoras, a proposta permite superar leituras que tratam o empreendedorismo feminino como categoria homogênea. Ao articular os domínios estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal, o estudo demonstra como múltiplos regimes de poder operam simultaneamente na definição de restrições e possibilidades, influenciando tanto o acesso a recursos quanto as formas de reconhecimento e legitimação do trabalho. Com isso, o artigo avança ao demonstrar que a interseccionalidade não apenas descreve desigualdades, mas explica a produção diferencial das possibilidades econômicas.

6.4. Redefinindo a relação entre restrição e agência

Outra contribuição relevante do artigo diz respeito à redefinição da relação entre restrição e agência. Ao contrário de abordagens que opõem essas dimensões, o modelo proposto evidencia sua coexistência relacional. A agência é compreendida como situada e relacional, sendo constituída no interior das próprias condições que simultaneamente a restringem e a tornam possível. Essa formulação dialoga com perspectivas críticas que reconhecem a capacidade de ação dos sujeitos sem desconsiderar as estruturas que moldam suas possibilidades (Acciccari, 2021).

Nesse contexto, o empreendedorismo por necessidade não deve ser interpretado nem como mera adaptação passiva nem como expressão plena de autonomia, mas como prática ambivalente, na qual sobrevivência, dignidade e invenção se articulam de forma inseparável. Ao enfatizar essa ambivalência, o artigo contribui para tensionar narrativas celebratórias do empreendedorismo, que frequentemente associam flexibilidade e autonomia a empoderamento, desconsiderando as condições sob as quais essas características são produzidas.

6.5. Contribuição teórica integradora

Em conjunto, as contribuições apresentadas convergem para uma proposta teórica integradora que reposiciona o empreendedorismo no interior das dinâmicas de reprodução social. Ao articular empreendedorismo por necessidade, reprodução social e interseccionalidade em um modelo dinâmico, o artigo demonstra que o empreendedorismo não pode ser compreendido isoladamente como prática econômica, mas como resultado de processos sociais que configuram simultaneamente restrições e possibilidades. Mais do que explicar por que indivíduos empreendem, o modelo proposto permite compreender como

determinadas condições tornam o empreendedorismo uma forma socialmente produzida de inserção econômica.

Ao fazer esse deslocamento analítico, o artigo não apenas responde às limitações da literatura existente, mas oferece uma base teórica para a construção de uma agenda de pesquisa capaz de integrar desigualdade, cuidado e trabalho na análise do fenômeno empreendedor. Além disso, o modelo proposto é informado por evidências empíricas já consolidadas na literatura, oferecendo uma estrutura analítica capaz de sistematizar e reinterpretar achados empíricos existentes, ao mesmo tempo em que orienta investigações futuras sobre a produção social da necessidade empreendedora.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo reconceitualiza o empreendedorismo por necessidade ao compreendê-lo como fenômeno socialmente produzido. Ao deslocar o foco analítico da decisão individual para os mecanismos sociais que configuram, restringem e distribuem desigualmente as alternativas econômicas, argumenta-se que a “necessidade” não precede a ação, mas emerge da articulação entre condições estruturais, experiência vivida e agência situada. Sua contribuição central reside na proposição de um modelo explicativo que integra reprodução social, cuidado e interseccionalidade, permitindo compreender o empreendedorismo como resultado de relações sociais que simultaneamente delimitam e possibilitam a ação econômica.

Nesse enquadramento, o empreendedorismo por necessidade não é explicado apenas pela escassez de recursos, mas pelas condições sociais que delimitam e tornam possíveis determinadas formas de inserção econômica. Mais do que oferecer uma nova interpretação do fenômeno, o artigo propõe um deslocamento analítico que reposiciona o empreendedorismo no interior das dinâmicas de reprodução social. Esse deslocamento implica reconhecer que as alternativas econômicas disponíveis aos indivíduos são socialmente produzidas e desigualmente distribuídas, o que desafia abordagens que tratam a ação empreendedora como resultado de escolha individual.

Ao evidenciar esse processo, o artigo contribui para uma compreensão mais crítica e situada do empreendedorismo, abrindo espaço para investigações que considerem, de forma integrada, desigualdade, cuidado e organização do trabalho. Em última instância, compreender o empreendedorismo por necessidade como fenômeno socialmente produzido implica repensar não apenas suas causas, mas as próprias condições que definem o que conta como possibilidade econômica.

8. AGENDA DE PESQUISA

A reconceitualização proposta neste artigo abre novas possibilidades para o avanço da pesquisa em empreendedorismo ao deslocar o foco da análise para os processos sociais que produzem a necessidade. Nesse sentido, destacam-se quatro direções principais para investigações futuras. Primeiramente, estudos empíricos podem explorar a aplicação do modelo proposto em diferentes contextos, investigando como as dimensões de condições estruturais, experiência vivida e agência situada se articulam na produção da necessidade empreendedora. Pesquisas comparativas entre contextos institucionais distintos são particularmente promissoras para identificar variações nos mecanismos que configuram as alternativas econômicas. Em segundo lugar, futuras investigações podem aprofundar a relação entre organização social do cuidado e empreendedorismo, examinando como diferentes

arranjos institucionais — incluindo políticas públicas, mercados e redes comunitárias — influenciam a configuração das possibilidades de ação econômica.

Uma terceira agenda consiste em analisar a produção da necessidade empreendedora a partir de uma perspectiva interseccional mais refinada, investigando como diferentes combinações de gênero, raça, classe e território configuram experiências distintas de restrição e agência. Por fim, estudos longitudinais podem contribuir para compreender a dinâmica processual da necessidade empreendedora, explorando como ela é produzida, transformada ou eventualmente superada ao longo do tempo. Essa abordagem permite avançar na compreensão do empreendedorismo como processo, e não como evento isolado, em linha com a proposta teórica deste artigo.

REFERÊNCIAS

- Acciari, L. (2021). Decolonising labour struggles: Intersectionality and domestic workers' mobilization in Brazil. *Gender & Development*, 29(1), 67–83. <https://doi.org/10.1080/13552074.2021.1885216>.
- Ahl, H., & Marlow, S. (2012). Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: Advancing debate to escape a dead end? *Organization*, 19(5), 543–562. <https://doi.org/10.1177/1350508412448695>.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminism for the 99%: A manifesto*. Verso.
- Bhattacharya, T. (Ed.). (2017). *Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression*. Pluto Press.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. Boitempo.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Intersectionality* (2nd ed.). Polity Press.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>.
- Davis, A. (2016). *Women, race & class*. Penguin.
- Derera, E., Croce, F., Phiri, M., & O'Neill, C. (2020). Entrepreneurship and women's economic empowerment in Zimbabwe: Research themes and future research perspectives. *Journal for Transdisciplinary Research in Southern Africa*, 16(1), a787. <https://doi.org/10.4102/td.v16i1.787>.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Fraser, N. (2016). Contradictions of capital and care. *New Left Review*, 100, 99–117.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

- IBGE (2024 *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (3ª ed.). Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica - n.38.
- Monteiro, P. F. H. de Q., Costa, A. de S. M. da, Lemos, A. H. da C., & Stumbitz, B. (2026). An intersectional perspective of work–family conflict: Uncovering the care circuit of a Brazilian domestic worker. *Community, Work & Family*. <https://doi.org/10.1080/13668803.2026.2645052>
- Monteiro, P. F. H. de Q., Barbosa, A. de O., Lemos, A. H. da C., & Costa, A. (2026). Choice feminism and the opt-out phenomenon: Is it possible to speak of free will? *Gender, Work & Organization*. <https://doi.org/10.1111/gwao.70118>
- Ojediran, F., & Anderson, A. (2020). Women’s entrepreneurship in the Global South: Empowering and emancipating? *Administrative Sciences*, 10(4), 87. <https://doi.org/10.3390/admsci10040087>
- Pautassi, L. (2023, março). *El derecho al cuidado: De la conquista a su ejercicio efectivo* (Análisis: Trabajo y justicia social). Friedrich-Ebert-Stiftung
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263–274.
- RASEAM - Relatório anual socioeconômico da mulher (2025). Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero – Brasília.
- Razavi, S. (2007). *The political and social economy of care in a development context: Conceptual issues, research questions and policy options*. UNRISD.
- Santos, S. C. (2023). Poverty, entrepreneurship and opportunity horizons. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 28(3), 2301002. <https://doi.org/10.1142/S1084946723010021>.
- Santos, S. C., & Neumeyer, X. (2021). Gender, poverty and entrepreneurship: A systematic literature review and future research agenda. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 26(3), 2150018. <https://doi.org/10.1142/S1084946721500187>.
- Shuvam, S., & Mohanty, P. C. (2023). Necessity or opportunity driven: Gender differentials and structural changes of proprietorship in the Indian unorganized enterprises. *Global Business Review*, 24(2), 295–316. <https://doi.org/10.1177/0972150919895090>.
- Williams, C. C., Adom, K., Nadin, S., & Youssef, Y. A. (2012). Gender variations in the reasons for engaging in informal sector entrepreneurship: Some lessons from urban Brazil. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 17(4), 478–494.
- World Health Organization. (2025). *RESPECT women: Preventing violence against women* (2nd ed.). <https://www.who.int/publications/i/item/9789240117020>.

Realização:

